

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.315 - SP (2019/0201181-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : EDSON PEREIRA DO CARMO
ADVOGADOS : JOSÉ FERNANDO ZACCARO - SP025143
JOSÉ FERNANDO ZACCARO JUNIOR - SP174554
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDSON PEREIRA DO CARMO contra decisão de minha lavra, e-STJ fls. 576/579 em que conheci do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento ante a impossibilidade de cumulação de benefícios oriundos do mesmo fato gerador.

Sustenta o embargante que o julgado omitiu-se quanto ao argumento de que "a perda auditiva incapacitante ocorreu antes da Lei 9.528/97 que é justamente a matéria trazida por negativa de prestação jurisdicional" (e-STJ fl. 582).

Intimada, a parte embargada não formulou impugnação.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

O acórdão regional, confirmado pela decisão ora agravada, consignou que não se trata da cumulação constante da Lei n. 9.528/1997, mas de benefícios com o mesmo fato gerador, e que se mostra inviável a sua percepção conjunta (e-STJ fl. 577).

As alegações da parte embargante, na realidade, manifestam seu inconformismo com o desprovimento de seu agravo interno nesse ponto.

No entanto, o desiderato de rediscutir a causa sem a presença dos requisitos exigidos pela norma de regência é inadmissível em sede de embargos declaratórios.

Nesse sentido, transcrevo precedente desta Corte Superior:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos declaratórios são cabíveis quando houver omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ou ainda para correção de erro material, na dicção do art. 1.022 do CPC vigente, algo inexistente no caso concreto.

2. A pretensão aclaratória tem por objeto apenas os vícios constantes no julgado embargado, não servindo para sanar eventual falha de fundamentação existente em decisão anterior, diante da ocorrência de preclusão. Nesse sentido: EDcl no AgRg no RE no AgRg no AREsp 1.212.307/PE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 6/2/2019.

3. No caso, o acórdão embargado limitou-se a não conhecer do agravo interno, uma vez que a parte deixou de impugnar, de maneira especificada, os fundamentos da decisão agravada. Todavia, a embargante ignora que o agravo interno por ela manejado não foi conhecido, pretendendo o reexame de questões atinentes ao próprio mérito da impugnação ao valor da causa, o que não se admite no presente momento processual.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt na AR 5.848/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/05/2019, DJe 30/05/2019) (Grifos acrescidos).

Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator